



**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

|  |
|--|
| <b>PROCESSO LICITATÓRIO</b>  |
| <b>CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2023</b>   |
| <b>MODALIDADE: CONCORRÊNCIA</b>  |
| <b>TIPO: Menor Preço Global</b>  |
| <b>OBJETO: contratação por lote único de empresa especializada para a implantação e execução dos serviços públicos de limpeza de vias, coleta e destinação final de resíduos sólidos no Município de Ouro Preto e seus distritos</b> |

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 18.472.754/0001-00, com sede na rua Pirapetinga, 697, Serra, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.220-150, endereço eletrônico: [rafael@gruporg.eng.br](mailto:rafael@gruporg.eng.br), telefone: 31 3589-3900 e, neste ato representada por seu representante legal Sr. RAFAEL ÁLVARES GUIMARÃES, brasileiro, engenheiro civil, portador do documento de identidade n.º M-8.335.065, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 065.545.796-80, vem, respeitosamente, com fulcro no art. 5º, inciso XXXIV, alínea 'a', da Constituição da República/88, e no nos termos do 109, inciso I, da Lei n. 8.666/93, bem como **item 11.2 do edital**, apresentar a presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que a **INABILITOU** no processo licitatório com supedâneo nas razões alinhavadas a seguir.

**I – DO RESUMO FÁTICO**

A empresa **RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI** participou, no dia 05/06/2023, de processo licitatório junto à Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG, cujo objeto é a contratação “por lote único de empresa especializada para a implantação e execução dos serviços públicos de limpeza de vias, coleta e destinação final de resíduos sólidos no Município de Ouro Preto e seus distritos”.



Oportuno destacar que a sessão de apresentação dos envelopes foi gravada e disponibilizada no link <https://www.youtube.com/watch?v=2xvtqRC1V9w>, sendo que algumas questões que serão tratadas a seguir poderão ser conferidas no referido endereço eletrônico, cujo tempo de ocorrência serão referenciados.

Importante também esclarecer que a referida licitação foi objeto de diversas impugnações, as quais tiveram foco justamente no principal elemento que gerou a inabilitação da maioria das empresas, qual seja, a exigência do Município de Metodologia Executiva, que é um documento completamente desnecessário para o tipo de contratação, mas que, recentemente, tem sido solicitada exclusivamente nas licitações em que uma das empresas julgadas habilitadas (Quantum Engenharia e Consultoria), foi declarada vencedora.

Nas Denúncias que serão apresentadas ao TCE/MG e Ministério Público, será demonstrado que vários municípios de Minas Gerais passaram a realizar essa exigência inusitada, sendo que a única semelhança entre eles **não é** relevo, densidade demográfica, número de habitantes ou qualquer coisa parecida, mas, tão somente, os prestadores de serviços que venceram as licitações mediante editais praticamente idênticos e com justificativas jurídicas idênticas.

De qualquer forma, focando-se ao mérito da presente peça, que é o direito líquido e certo da empresa **RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI** ser declarada HABILITADA para o processo licitatório em debate, com a cassação dos efeitos da decisão (ato coator) combatido, apresenta-se abaixo um quadro resumo com os motivos da inabilitação e o argumento sumariado contra ele:



| MOTIVOS PARA INABILITAÇÃO   | ARGUMENTO CONTRÁRIO  |
|---|--|
| Ausência de declaração de detenção de capacidade técnica  | A RG Empreendimentos apresentou uma declaração nesse sentido, porém com <b>outra palavras de igual sentido</b> , o que foi <b>reconhecido pela Presidente da CPL em sessão gravada</b> .   |
| Ausência de <b>autenticação</b> de Atestados de Capacidade Técnica                                | Documento estão <b>com autenticação digital pelo CREA, inclusive com orientação de verificação on-line</b> . Além disso, simples diligência bastaria para sanar qualquer dúvida sobre a autenticidade do documento.  |
| Alegação de não atendimento em relação aos quantitativos de Capina e Varrição                     | Alegação aleatória e sem sentido, sendo que mera conta aritmética demonstra que a afirmação é leviana e de má-fé.  |
| Notas baixas quanto à Metodologia Executiva por alegação de Ausência de Mapas e itens acessórios. | <b>A Empresa apresentou os referidos Mapas e informações acessórias, sendo que, antes da Licitação apresentou um quesito indagando sobre modelos e especificações específicas que deveriam ser atendidas, sendo que a CPL indicou a INEXISTÊNCIA desses critérios e que a MERA APRESENTAÇÃO DO ITEM SERIA SUFICIENTE PARA A NOTA MÁXIMA.</b> |

A verdade é que, consoante se verá pelo conjunto probatório, o processo licitatório teve como elemento restritivo a exigência de Metodologia Executiva, já que foi atribuído a ele critérios SUBJETIVOS de avaliação, ao mesmo passo que a elaboração desse documento é demorada e cara.

A RG Empreendimentos, porém, apresentou quesitos anteriores ao processo Licitatório justamente para evitar esses elementos

subjetivos, ao passo que conseguiu apresentar a Metodologia Executiva com TODOS os elementos exigidos no Edital.

Nesse sentido, buscou-se questões “adicionais”, completamente superadas pela jurisprudência pátria e, algumas, vale dizer, FALSAS, para tentar inabilitar uma concorrente séria para o processo licitatório.

Não bastasse, foram atribuídas notas à metodologia SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA, de forma que, APESAR DOS ITENS ESTAREM PRESENTES NO DOCUMENTO, foram atribuídas Notas abaixo da máxima (inclusive algumas como se o item não tivesse sido entregue), SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA.

O cenário, portanto, viola o direito líquido e certo da RG EMPREENDIMENTOS.

**II – DA AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL – ITEM SUPÉRFULO – IDENTIFICAÇÃO DA REDUNDÂNCIA PELA PRESIDENTE DA CPL**

O primeiro motivo colocado para a inabilitação da empresa RG Empreendimentos foi a ausência de apresentação da declaração constante no item 6.3.b do Edital, que é uma simples declaração por parte da empresa Licitante de que ela detém capacidade técnico-operacional para atender o contrato.


**Vale destacar que o Edital não traz nenhum modelo específico para essa Declaração, sendo que a exigência é realizada exclusivamente em relação ao seu CONTEÚDO:**

- b) Declaração do licitante, sob as penas da lei, de que detém capacidade técnico operacional necessária à execução do escopo contratual. A comprovação da veracidade das informações prestadas na declaração poderá ser realizada pela Secretaria Promotora do certame licitatório, mediante iniciativa de averiguação pela Administração Pública Municipal, pelos demais licitantes e/ou terceiros interessados.





Note-se, portanto que foi exigida uma declaração simples de que a empresa detém a capacidade técnico operacional para à execução do contato. Pois bem, a RG apresentou a seguinte declaração na pag. 1176 no referido processo licitatório. com os seguintes dizeres:



---

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 001/2023**

Nome: Rafael Alvares Guimarães  
Endereço: Rua Nova Era, nº 152, Bairro Sion  
Município: Belo Horizonte  
Estado: Minas Gerais  
R.G.: M-8.335.065  
C.P.F.: 065.545.796-80

Declara, sob as penas da Lei e, em especial, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que tem conhecimento e cumpre todos os requisitos de habilitação estabelecidos no Edital de **Concorrência Pública nº. 001/2023**.


E, por ser a expressão fiel da verdade, firma a presente.

Belo Horizonte/MG, 02 de Junho de 2023.

RAFAEL ALVARES  
GUIMARAES;065  
54579680

Assinado de forma digital  
por RAFAEL ALVARES  
GUIMARAES;06554579680  
Dados: 2023.06.02  
16:53:05 -03'00'

RG EMPREENDIMENTOS  
CNPJ 18.472.754/0001-00  
RAFAEL ALVARES GUIMARAES  
SÓCIO-DIRETOR  
RG nº M-8.335.065  
CPF nº 065.545.796-80



**A RG Empreendimentos declarou que atende todas as disposições do Edital, sendo que a análise da capacidade técnico operacional FAZ PARTE DO EDITAL, ou seja, a declaração atende à finalidade do Edital, NÃO PODENDO SER**



**EXIGIDO PALAVRAS OU TERMOS ESPECÍFICOS por parte da Administração, o que a Presidente da CPL confirmou em audiência GRAVADA.**

Ademais, vale registrar que a análise da Capacidade Técnico Operacional é realizada pela Administração com base nos itens do Edital, sendo que ao apresentar os documentos referentes à esse capítulo do Edital, a Licitante está justamente agindo em conformidade com a exigência editalícia, ainda que de forma implícita (**frise-se que a tese é meramente teórica, porquanto, no plano concreto, a RG apresentou o documento exigido**).

A inabilitação da empresa por esse item simplesmente não se justifica, tal como se tem suporte na jurisprudência pátria:

“REMESSA NECESSÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. CHAMAMENTO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL N. 002/2021, DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CUJO OBJETO É A "CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO PARA O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE". INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE EXCLUSIVAMENTE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE JUNTADA DE DECLARAÇÃO ATESTANDO A CIÊNCIA DOS TERMOS DO CERTAME. APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS E CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES. SITUAÇÃO A REVELAR, AINDA QUE DE FORMA IMPLÍCITA, QUE A IMPETRANTE TEM CONHECIMENTO SOBRE A ÍNTEGRA DAS CONDIÇÕES DO PROCEDIMENTO, ADERINDO À SELEÇÃO PÚBLICA, O QUE IMPLICA EM CONCORDAR COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DA COMPETIÇÃO. RIGOR EXCESSIVO QUE AFETA A COMPETITIVIDADE E PREJUDICA SOBREMANEIRA A ESCOLHA DA MELHOR PROPOSTA À ADMINISTRAÇÃO. RECONHECIDA A ILEGALIDADE DO ATO DE INABILITAÇÃO. SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM MANTIDA EM SUA INTEGRALIDADE. REEXAME CONHECIDO E DESPROVIDO. Como bem ressaltado pelo Ministro Castro Meira, "não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados" (STJ, REsp 1190793/SC, Segunda Turma, julgado em 24-08-2010, DJe de 08-09-2010). O Ministro Og Fernandes complementa afirmando que "esta Corte Superior possui entendimento de que não pode a administração pública descumprir as normas legais, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento

convocatório, previsto no art. 41 da Lei n. 8.666/1993. Todavia, o Poder Judiciário pode interpretar as cláusulas necessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar da concorrência possíveis proponentes" (STJ, AgInt no REsp 1620661/SC, Segunda Turma, julgado em 03-07-2017, DJe de 09-08-2017). (TJSC, Remessa Necessária Cível n. 5013997-76.2021.8.24.0036, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Sandro Jose Neis, Terceira Câmara de Direito Público, j. Tue Apr 12 00:00:00 GMT-03:00 2022).” (TJ-SC - Remessa Necessária Cível: 50139977620218240036, Relator: Sandro Jose Neis, Data de Julgamento: 12/04/2022, Terceira Câmara de Direito Público)

Com efeito, demonstrado o atendimento à exigência do Edital, não há que se falar em inabilitação da empresa por esse motivo.

### III – DA AUTENTICAÇÃO DIGITAL DOS ATESTADOS

O segundo ponto levantado contra a RG foi a suposta impossibilidade de autenticação de seus Atestados de Capacidade Técnica, o que surpreendeu a empresa que participou de diversas licitações com a mesma documentação, até hoje sem qualquer problemas, inclusive contra os mesmos concorrentes habilitados.

FATO É QUE O ACERVO QUE COMPROVA O REFERIDO ITEM POSSUI ATENTICAÇÃO DIGITAL PELO SITE DO CREA-ES, CONSTANTE NA PAG. 1166 DO REFERIDO PROCESSO COM OS SEGUINTE DIZERES:

**A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.**

**A autenticidade deste documento (certidão de Acervo Técnico e Atestado) pode ser verificado através de nosso site [http://bit.ly/consulta\\_cat](http://bit.ly/consulta_cat), a chave de validação é o nº da certidão e qualquer dos número(s) de selo apresentado no documento.**

**A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.**



Todavia, apenas por amor ao debate, é importante frisar que a ausência de autenticação de um documento NÃO é justificativa para inabilitar uma concorrente do processo licitatório, porquanto uma simples diligência é suficiente para suprir a referida ausência, **a qual, repita-se, não é o caso concreto dos autos.**

Neste sentido, cita-se:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. **INABILITAÇÃO. DOCUMENTO DECLARADO SEM AUTENTICAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO.** PRECEDENTES. 1. Esta Corte Superior possui entendimento de que não pode a administração pública descumprir as normas legais, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 41 da Lei n. 8.666/1993. Todavia, o Poder Judiciário pode interpretar as cláusulas necessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar da concorrência possíveis proponentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento.” (STJ - AgInt no REsp: 1620661 SC 2016/0217174-7, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 03/08/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/08/2017)

CONFORME DEMONSTRADO ACIMA NÃO TEM SEQUER ESPAÇO PARA SE ALEGAR A AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO, E O QUANTITATIVO SOLICITADO EM EDITAL FOI EXECUTADO COM SOBRA NO REFERIDO EDITAL.

| QUADRO 1 – Descrição dos serviços e quantitativos |  |     |                         |
|---|--|-----|-------------------------|
| CREA-ES A 0106637                                 |  |     |                         |
| ITEM  | SERVIÇOS   | UND | MÉDIA MENSAL NO PERÍODO |
| 1.1   | Coleta de resíduos sólidos urbanos RSU com o emprego de caminhões compactadores dotados de dispositivo GPS para monitoramento via satélite, na sede municipal        | T   | 2.896,47                |
| 1.2   | Coleta de resíduos sólidos urbanos RSU com o emprego de caminhões compactadores dotados de dispositivo GPS para monitoramento via satélite, nos Distritos municipais | T   | 396,55                  |

**VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:**

- Caminhão compactador com capacidade mínima de 15m<sup>3</sup>, equipado com sistema de basculamento de contêineres de até 6m<sup>3</sup>, com sistema de gestão de frota (rastreamento desempenho dos equipamentos e dos motoristas): 08 unidades;

Assim, conforme apresentado acima a RG comprovou a realização de coleta containerizada superior a 3 mil toneladas mês, e a própria planilha de licitação cita um total de resíduos mensal médio de 1.375 toneladas mês, **ou seja, a RG comprovou a execução de serviços em quantitativos próximos do TRIPLO da**

média do Município Licitante, ao passo que poderia atender apenas 50% e estaria habilitada.

A questão se limita à validade dos Atestados apresentados, sendo que a alegação de impossibilidade de verificar a autenticidade NÃO É VERDADEIRA, consoante o DOCUMENTO ATESTA.

#### IV – DAS QUANTIDADES ATESTADAS PARA OS ITENS DE CAPINA E VARRIÇÃO

Em relação aos itens de capina manual e mecanizada, bem como o de varrição manual de vias e logradouros públicos, exigências contidas no item 6.3, alíneas F2 e F3 do edital, a Comissão Licitante apresenta a seguinte conclusão:

f.3. Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos; 20.943 Km/Via/por ano.

- Atestado emitido pela Prefeitura de Linhares, vinculado a CAT 750/2020, atesta a execução de serviços de **COLETA MANUAL E CONTEINERIZADA** no quantitativo de 19.913,10 ton. no período de 6 meses.
- Atestado emitido pela Prefeitura de Linhares, vinculado a CAT 750/2020, atesta a execução de serviços de **VARRIÇÃO** no quantitativo de 2.825,71 km/sarjeta/mês equivalente a 1.412,85 km de vias/mês e nos serviços complementares a quantidade convertida equivale a 1.448,45 km de vias/mês.

O somatório da quantidade de varrição no período de 6 meses é de 17.167,80 km de vias.

- Atestado emitido pela Prefeitura de Linhares, vinculado a CAT 750/2020, atesta execução de serviços de **CAPINA E ROÇADA** no quantitativo de 1.545.528,00 m2 no período de 6 meses em (2020). "F2"
- Atestado emitido pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, atesta a execução de serviços de **CAPINA E ROÇADA** no quantitativo de 800.000,00 m2 no período de 10 meses (2015). "f2", ainda, o atestado não segrega a quantidade de serviços de capina manual, química e mecânica.

**CONCLUSÃO: DIANTE DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA, DECLARAMOS QUE A MESMA NÃO ATENDE AO ITEM 6.3 DO EDITAL POR DESCUMPRIMENTO AOS ITENS;**

Com a devida vênia, a conclusão da CPL é estranhíssima, porquanto ela apenas informa os dados contidos no edital, porém não apresenta memória de cálculos que justifique a sua conclusão, trata-se de um **salto** lógico que pula várias etapas de demonstração e que, evidentemente, furta-se de comprovar a sua ousada e incorreta afirmação.





Assim, apelando-se para a simples aritmética, é possível verificar que não há dúvidas quanto ao atendimento das exigências do edital.

CONFORME EDITAL A PLANILHA TRAZ OS SEGUINTE QUANTITATIVOS ESTIMADOS MENSAL:

VARRIÇÃO – 3.490,50 KM  
CAPINA – 303.257,00 M2

**OS VALORES ACIMA REPRESENTAM O QUANTITATIVO DE 100% A SER REALIZADO EM MEDIA NO MÊS, PORÉM COMO O PROPRIO EDITAL E A LEI, PERMITI A EXIGENCIA DE NO MAXIMO 50%, A EXIGENCIA CORRETA SERIA:**

VARRIÇÃO – 3.490,50 KM – 1.745,25 KM / MES  
CAPINA – 303.257,00 M2 - 151.628,50 M2 / MES

**Para dimensionamento dos quantitativos supracitados foi adotado o percentual de 50% do quantitativo total dos itens de maior relevância no escopo de serviços.**

RETIRADO DO EDITAL PAG. 11/102

Ocorre que a **RG** demonstrou em seus atestados quantitativos mensais muito superiores aos exigidos:

ATESTADO DE LINHARES – PAG. 1170 DO PROCESSO DE OURO PRETO

|      |  |              |          |
|------|--|--------------|----------|
| 1.9  | Varrição manual  | km (sarjeta) | 2.825,71 |
| 1.10 | Varrição mecanizada com o emprego de Varredeira Mecânica Autopropelida | km (sarjeta) | 761,67   |

ATESTADO DE LINHARES – PAG. 1170 DO PROCESSO DE OURO PRETO

Nos serviços complementares foram realizados alguns serviços nos quantitativos médios mensais indicados: retirada de terra das sarjetas (02,70km de sarjetas), varrição da pista de rolamento (128.183,42m2), capinação manual (127.844,00m2), roçagem manual (27.844,00m2), roçagem mecanizada (101.900,00m2), pintura de meio fio (102.70km de sarjeta), limpeza de feiras (52.500,00m2), sacheamento (57.020,00m2), limpeza de áreas verdes (108.000,00m2). Montagem, operação e manutenção de estação de transbordo com pá carregadeira e caminhões roll on roll off. Nos serviços de coleta seletiva composta por caminhões baú – 31,66t/mês. Nos serviços de coleta manual foram utilizados contêineres de rodas para locais de difícil acesso. Nos serviços de coleta de RSS (coletados todos os grupos de resíduos inclusive animais mortos). Nos serviços de coleta de entulho e inertes atenderam às seguintes médias: equipes de coleta e transporte composta por pá carregadeiras e caminhões basculantes – 6.400t/mês e coleta e transporte através de caminhão poliguindaste – 700t/mês, totalizando a média mensal de 7.100t/mês.

ATESTADO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – PAG. 1175 DO PROCESSO DE OURO PRETO

Foram realizados serviços de conservação em estradas municipais, capina manual/química e mecânica, sendo 02 (dois) metros de cada lado da via, em um total de 800.000m2 (oitocentos mil metros quadrados).





**CONFORME DEMONSTRADO ACIMA FORAM REALIZADOS PELA RG,  
QUANTITATIVOS MENSAIS MUITO SUPERIORES AOS EXIGIDOS EM EDITAL:**

| EXIGENCIA DE EDITAL                            | QUANT. EXIGIDO EDITAL | QUANT ATENDIDO      |
|--|-----------------------|---------------------|
| VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS | 1.745,25 KM / MES     | 3.587,38 KM / MÊS   |
| CAPINA MANUAL OU MECANIZADA                    | 151.628,50 M2 / MES   | 207.844,00 M2 / MES |

A questão, volta-se a dizer é a tendência em relação às decisões, porquanto tudo indica que a uma ausência de ISONOMIA no tratamento dispensado às concorrentes, sendo que erros banais de cálculo foram cometidos contra a ora manifestante, em detrimento do zelo pela ampla concorrência.

Portanto, mais esse motivo deve ser excluído das justificativas de inabilitação da **RG EMPREENDIMENTOS**.

**V – DA METODOLOGIA EXECUTIVA**

Consoante ventilado acima, a exigência de Metodologia de Execução não é comum para licitações para contratação de serviços de limpeza pública, porquanto são serviços com escopo contratual extremamente bem definidos e altamente padronizado.

**Aliás, a questão da padronização é tão forte que VÁRIAS licitações do ramo são feitas justamente pela modalidade de Pregão, a qual até o advento da nova lei de Licitações, era exclusiva para serviços PADRONIZÁVEIS.**

Prefeituras muito maiores, como é o caso de Belo Horizonte e São Paulo não exigem essa metodologia de execução, sendo que outras Prefeituras, com características similares à de Ouro Preto também não a exigem, como é o caso de Tiradentes e Diamantina.



Se realizada uma pesquisa dos últimos anos, se perceberá uma intensa coincidência entre as cidades que exigem o referido documento e as empresas que foram habilitadas no certame em debate, o que, porém, é assunto para os Órgãos de controle investigarem, cabendo aos interessados apenas a ferramenta da Denúncia.

Retornando ao ponto principal, o que se pode dizer é que, consoante se pode observar dos autos do processo licitatório, VÁRIAS empresas apresentaram impugnação quanto à exigência de metodologia de execução, sendo a empresa **RG EMPREENDIMENTOS** apenas uma delas.

A questão principal é que o documento, além de completamente desnecessário do ponto de vista prático, é caro e possui elementos subjetivos de julgamento.

Inclusive, justamente por antever que esse seria o elemento principal para a inabilitação das empresas, é que a **RG EMPREENDIMENTOS** apresentou uma série de questionamentos à Administração Municipal, justamente para **tentar** cercar essa subjetividade.

As respostas foram até razoáveis, porém, **não foram cumpridas, consoante a seguir se poderá observar:**

#### QUESTIONAMENTO RG E RESPOSTA PMOP:

- 4) O Que a Administração considera como uma Metodologia de Execução com "clareza"? A expressão se refere à ação, imagens, dados técnicos?

Estamos entendendo que uma Metodologia que especifique textualmente ou por imagens os seus dados será considerada clara, estamos corretos em nosso entendimento? Caso não, fineza aclarar quais elementos são necessários para que proposta seja considerada clara.

**Resposta:** Sim está correto o entendimento.

**CONFORME ACIMA A ADMINISTRAÇÃO CONFIRMOU QUE A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COM ESPECIFICAÇÃO TEXTUAL OU POR IMAGEM**



**SERIA CONSIDERADA VÁLIDA, SENDO QUE ISSO FOI O QUE A RG EMPREENDIMENTOS FEZ.**

**RESPOSTA PMOP AO QUESTIONAMENTO DE OUTRA LICITANTE**

Resposta: A necessidade e justificativas sobre a exigência de apresentação de metodologia de execução estão no edital, não é restritiva. Os licitantes especializados no ramo da contratação devem elaborar diretamente a metodologia levando em consideração as informações do projeto básico e visita técnica, que apesar de não ser obrigatória por determinação legal, é de suma importância para o entendimento do projeto básico e consequentemente para elaboração da metodologia e proposta de preços.

Conforme acima, a execução de uma metodologia deveria ser elaborada levando em consideração o projeto básico e visita ao local, mesmo essa última não sendo obrigatória.

**LOGO NÃO RESTAM DÚVIDAS QUE TUDO TEXTUALMENTE ESCRITO SERIA TIDO COMO CLARO E QUE DEVERIAMOS TIRAR AS INFORMAÇÕES PARA MONTAGEM DA METODOLOGIA DO PROJETO BASICO E VISITA NO LOCAL.**

OS ITENS QUE SUPOSTAMENTE NÃO FORAM ATENDIDOS PELA RG CONFORME PARECER TÉCNICO, SÃO OS ABAIXO RELACIONADOS:

| COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS                     |   |           | RG |                      |
|--|---|-----------|----|----------------------|
| b) Mapa Geral                                  |   | PONTUAÇÃO |    |                      |
| 1.2.1  | i. Apresentação de mapa geral com os setores de coleta, em escala adequada, contendo indicação de todos os setores de coleta  | 25        | 0  | Não foi apresentado. |
| c) Mapas Setoriais                             |   | PONTUAÇÃO |    |                      |
| 1.3.1  | i. Apresentação de mapas setoriais de coleta, em escala adequada, contendo indicação gráfica dos itinerários da coleta, através de vetores orientados de cada circuito, indicando o início e fim de cada viagem | 25        | 0  | Não foi apresentado. |
| d) Tabela Representativa de Coleta por Sarjeta |   | PONTUAÇÃO |    |                      |
| 1.4.1  | i. Trajetos considerados para coleta com os nomes das vias percorridas  | 20        | 0  | Não foi apresentado. |

|       |   |    |   |                      |
|-------|---|----|---|----------------------|
| 1.4.2 | ii. Extensões de cada via coletada              | 20 | 0 | Não foi apresentado. |
| 1.4.4 | iv. Horário de previsão de passagem em cada via | 20 | 0 | Não foi apresentado. |

De acordo com a própria resposta da Administração, a metodologia deveria seguir dados contidos no projeto básico, logo todos os mapas foram baseados nas informações fornecidas ou disponibilizadas e **todos os itens acima foram apresentados a contento na página 05/45 a 15/45, com mapas, rotas, setores, horários de início e fim da execução dos serviços.** logo a apreciação da metodologia parece ter sido feito de modo a inabilitar a empresa.

Prosseguindo a análise:

| LOCAÇÃO DE CONTEINERES, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO |  |    |   |                      |
|---|--|----|---|----------------------|
| 3.3.1   | i. Apresentação de quadro informativo com a localização dos contêineres e suas respectivas coordenadas geográficas (latitude e longitude); | 30 | 0 | Não foi apresentado. |
| 3.3.2   | ii. Endereço da localização dos contêineres;   | 5  | 0 | Não foi apresentado. |
| 3.3.3   | iii. Frequência/programação considerada no plano de limpeza e manutenção dos contêineres;  | 5  | 0 | Não foi apresentado. |

As **páginas 15/45 a 20/45** contém todas as informações solicitadas com mapa de containers, com suas referidas localizações, e descrição do plano de limpeza e higienização, conforme informações disponibilizadas no projeto básico, não justificando a recusa do item.

| VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS |   |    |   |                               |
|--|---|----|---|-------------------------------|
| 4.2.1  | i. Apresentação de mapa geral com os setores de varrição, em escala adequada, contendo indicação de todos os setores de varrição;   | 25 | 0 | Não foi apresentado.          |
| 4.3.1  | i. Apresentação de mapas setoriais de varrição, em escala adequada, contendo indicação gráfica dos setores de varrição, através de vetores orientados de cada circuito, indicando o início e fim de cada setor; | 25 | 0 | Não foi apresentado.          |
| 4.4.1  | i. Trajetos considerados para coleta com os nomes das vias varridas.  | 20 | 0 | Não foi apresentado.          |
| 4.4.2  | ii. Extensões das vias varridas   | 20 | 0 | Não foi apresentado.          |
| 4.4.3  | iii. Indicação do horário de início dos serviços  | 5  | 0 | Quesito atendido sem ressalva |
| 4.4.4  | iv. Horário de previsão de passagem em cada via   | 10 | 0 | Não foi apresentado.          |
| 4.4.7  | vii. Extensão total de vias varridas em cada setor  | 5  | 0 | Não foi apresentado.          |



**ITENS CONTIDOS NA PAGS. 20/45 A 24/45, ONDE CONTEM MAPAS, SETORES, TRAJETOS, HORARIO DE INÍCIO E FIM DAS TAREFAS.**

| PINTURA DE MEIO FIO |  |    |   |  |
|---------------------|--|----|---|--|
| 8.1.2               | ii. Dimensionamento quantitativo da mão de obra,         | 10 | 5 | Não foram  |
|                     | incluindo as premissas adotadas e as memórias de cálculo |    |   | apresentadas as premissas e as memórias de cálculo (página 13) |

DEMONSTRADO NA PAG. 32/45 CONFORME PROJETO BASICO. LOGO NÃO TEM O QUE SE DISCUTIR E ALEGAR NA NÃO APRESENTAÇÃO OU APRESENTAÇÃO PARCIAL.

| ADMINISTRAÇÃO LOCAL DOS SERVIÇOS |                                      |     |     |                      |
|----------------------------------|--------------------------------------|-----|-----|----------------------|
| 9.1.4                            | iv. Plano de manutenção              | 10  | 0   | Não foi apresentado. |
| 9.1.5                            | v. Plano de monitoramento e rastreio | 10  | 0   | Não foi apresentado. |
| PONTUAÇÃO TOTAL                  |                                      | 705 | 355 | NÃO ACEITA           |

PLANO DE MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO ESTAO CONTIDOS NA PAG. 35/45 A 43/45 E FORAM APRESENTADOS CONFORME EXIGIDO NO PROJETO BASICO.

APENAS PARA UM MELHOR ENTENDIMENTO, A EMPRESA DEVERIA SEGUNDO O EDITAL ATENDER NO MINIMO 70% CONFORME EXPOSTO NO EDITAL:



**6.5.6.** Será desclassificada a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS que:

**6.5.6.1.** Não atingir a pontuação mínima de 70% (setenta por cento) dos pontos possíveis para a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, nos termos do ANEXO I DO EDITAL; ou

**6.5.6.2.** Receber Nota 0 (zero) em algum dos quesitos analisados.

**6.5.6.3.** Apresentar-se edital em desacordo à forma exigida no EDITAL, PROJETO BÁSICO ou no TERMO DE REFERÊNCIA;

**6.5.6.4.** Contiver, explícita ou implicitamente, qualquer contradição com o disposto no EDITAL, PROJETO BÁSICO ou no TERMO DE REFERÊNCIA ou quaisquer imposições ou condições não previstas no EDITAL;

**6.5.6.5.** Contiver qualquer menção em relação aos valores contidos na proposta comercial;

**Acontece que, apesar das informações estarem na METODOLOGIA, foi atribuída nota “0” (zero) à RG EMPREENDIMENTOS, sem qualquer explicação sobre o motivo dos documentos serem recusados.**

Com efeito, tal como antecipado em fase de impugnação, a avaliação foi completamente SUBJETIVA e sem qualquer fundamentação, o que permitiu a atribuição de notas **aleatórias** às concorrentes, em clara ilegalidade.

Isto porque o art. 30, §8º, da Lei 8666/93, reza que a avaliação da Metodologia de Execução, nos casos em admitida, far-se-á por critérios **objetivos**, *in litteris*:

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não,





antecedará sempre à análise dos preços e **será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.**

A lei nº 8.666/93 ainda traz outros tantos dispositivos que tratam do julgamento objetivo, **indicando a intenção do Legislador, independentemente do tipo de julgamento a ser realizado (seja a título de classificação ou eliminação)**, conforme se pode verificar a seguir:

“Art. 40 - O edital conterá (...), e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:  
VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;”

Art. 43 - A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;”

“Art. 45 - O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.”

“Art. 46

§ 1º - Nas licitações do tipo melhor técnica será adotado o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar:

I - serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas exclusivamente dos licitantes previamente qualificados e feita então a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem a capacitação e a experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução.”

Como se não bastasse à determinação do julgamento objetivo, consta do art. 44 do citado diploma legal, a vedação de utilização, no julgamento da licitação, de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado. Consta da Lei:

“Art. 44 - No julgamento das proposta, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º - É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.”

Nunca é demais lembrar que o julgamento objetivo é princípio que deve ser observado nas licitações, conforme consta do art. 3º, da Lei nº. 8.666/93 e também consagrado à unanimidade pela doutrina e tribunais.

Nesta seara, vale destacar o voto proferido pelo Min. Augusto Sherman Cavalcanti do Tribunal de Contas da União:

*25. Também suscita questionamento a existência de quesitos vagos relativamente a metodologias, visto que a ausência de definição expressa sobre esses itens pode propiciar o julgamento subjetivo.*

*26. O responsável afirma que os termos técnicos utilizados no edital são de amplo conhecimento, não acarretando subjetividade quando do julgamento.*

*27. Entendo que assiste razão à representante e à Unidade Técnica. Existem itens no edital que não estão adequadamente definidos como, por exemplo, “metodologia de transferência de know-how”, “metodologia de gerenciamento eletrônico de documentos” e “metodologia de treinamento e capacitação”. Nessas circunstâncias, fica-se em dúvida se, em cada um dos itens, toda e qualquer metodologia é aceitável, ou se alguma não o é, para fins de pontuação. A fim de se evitar subjetividade, faz-se necessário que os critérios de atribuição de pontos sejam previamente discriminados no ato convocatório, conforme preceituado no art. 45 da Lei nº 8.666/93.*

*(TCU - Acórdão 481/2004)*

Vale destacar que o TCU também é atento às práticas irregulares de mera listagem de conceitos e critérios genéricos que possuem uma APAREÊNCIA de regularidade, mas que, na prática, podem induzir qualquer conclusão subjetiva pelo Administrador.

Neste sentido, cita-se:

**“105. Relativamente aos critérios subjetivos de avaliação da metodologia de execução, de acordo com a contratada, por esses critérios estarem claros, expressos e escritos, possibilitando o**

**pleno conhecimento dos participantes e ensejando o exercício do contraditório, por conseguinte, não haveria subjetividade neles. Nota-se que esse argumento está mais relacionado ao princípio da publicidade do que a objetividade de parâmetros.**

106. Nesse contexto, a defesa declara que inexistem julgamentos absolutamente objetivos, exemplificando com voto do TCE/MG, acrescentando que o que deve existir é a eleição de critérios absolutamente lógicos e objetivos, justamente, os requisitos ausentes apontados pela fiscalização. Salienta-se que o TCU privilegia o princípio da independência das instâncias, como anteriormente explicitado.

**107. Destarte, verifica-se que o gestor apenas alega, mas não consegue demonstrar, de forma clara, a objetividade dos critérios de julgamento no edital de pré-qualificação. Por isso, conclui-se pela manutenção da irregularidade.**” (TCU - RA: 01195220180, Relator: BRUNO DANTAS, Data de Julgamento: 22/05/2019, Plenário)

Como se avaliar, de forma a se dizer que uma proposta é melhor que a outra, as “particularidades envolvidas”, “a coerência e compatibilidade entre a solução proposta e as necessidades”, ou “clareza e objetividade”? Não é só: “plano de trabalho proposto” é a própria proposta, não é critério de avaliação; grau de “profundidade e abordagem técnica” são conceitos que envolvem apreciação estritamente subjetiva.

O que alguém considera “profundo” outrem pode considerar supérfluo. Os critérios eleitos não têm nenhum tecnicismo, não fornecem dados concretos de avaliação. Na realidade, dão plena liberalidade à comissão julgadora, o que ignora não só a legalidade, mas também a transparência que deve marcar os atos da administração pública.

**Ademais, vale destacar que a ausência de fundamentação é grave e NÃO PODE SER SUPRIDA EM FASE**

**RECURSAL, porquanto isso fere os princípios da ampla defesa e do contraditório.**

**Assim, é importante que se reforce que a RG EMPREENDIMENTOS solicitada que seja dada uma JUSTIFICATIVA para a atribuição de nota ZERADA aos itens em questão e REABERTO o prazo recursal para que possa combater os argumentos trazidos.**

O caso é de vício insanável, que Celso Antonio Bandeira de Melo lembra em sua obra ao reprovar critérios “*vagos, imprecisos ou, por qualquer modo, deixem a decisão pendente do subjetivismo excessivo à comissão julgadora por falta ou insuficiência de parâmetros objetivos que especifiquem os padrões de análise dos ângulos técnicos ou dos demais fatores a serem apreciados.*” (Curso de Direito Administrativo – 16ª Ed. - São Paulo: Malheiros, 2003, p. 554.)

**Logo, tendo em vista que a decisão administrativa NÃO indicou os motivos para a recusa de INFORMAÇÕES APRESENTADAS pela RG EMPREENDIMENTOS, em CONFORMIDADE COM AS RESPOSTAS DADAS AOS SEUS QUESITOS, tem-se que a inabilitação da empresa é manifestamente ilegal, ferindo seu direito líquido e certo, o que justifica a sua cassação imediata.**

#### **VI) DO PEDIDO**

*Ex positis*, a Recorrente requer o acolhimento do presente recurso para que seja reformada a decisão que a julgou inabilitada, para que possa prosseguir no processo licitatório.



Sucessivamente, requer, **antes de qualquer decisão definitiva**, que sejam os autos remetidos para a área técnica para que ela **JUSTIFIQUE** a não aceitação dos itens que atribuiu nota “0” (zero) à RG EMPREENDIMENTOS, para, após, a concessão de NOVO PRAZO RECURSAL, tendo em vista que a empresa apresentou os itens, tendo sido capaz de **citar as páginas que eles estão contidos**, porém NENHUMA FUNDAMENTAÇÃO foi apresentada para a sua rejeição, **sendo que não se pode suprir a ausência em fase recursal, sob pena de ofensa à ampla defesa e ao contraditório.**

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 11 de julho de 2023.

---

**RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI**  
**RAFAEL ÁLVARES GUIMARÃES**  
**CPF: 065.545.796-80 – TITULAR**